



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

RACIONALIDADE COLETIVA NO MST: ENTRE CONFLITOS E CONCILIAÇÕES⁸

Calliane Calixto dos Santos⁹
(UESC)

Arlete Ramos dos Santos¹⁰
(UESC)

FrancisleneNeres Santos Silva¹¹
(UESC)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir de que forma o termo Racionalidade Coletiva pode ser entendido no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- MST. Serão evidenciadas perspectivas marxianas, como luta de classes, superação do capitalismo e Materialismo Histórico Dialético. Para entender de que forma a Racionalidade Coletiva está implementada nas ações do Movimento, partindo do pressuposto evidenciado na pesquisa de campo que o MST luta pela transformação social e a coletividade. Esta pesquisa teve como base a metodologia qualitativa, e, como coleta de dados, foi utilizada a transcrição de entrevistas semiestruturadas, realizadas em assentamentos da regional Extremo Sul da Bahia. Tais estudos sobre o tema surgiram no grupo de estudos Movimentos Sociais e Educação - DCIE/UESC, o qual articulou-se uma reflexão mais detalhada sobre o tema. Participaram como sujeitos da pesquisa, militantes, gestores do MST, sindicatos, pessoas envolvidas na ação do Movimento, para evidenciar a importância da Racionalidade Coletiva. Conclui-se que a Racionalidade Coletiva no momento atual do MST, precisa ser repensada visto que a contradição se faz presente nas colocações dos sujeitos que compõem esta organização. A coletividade está fragmentada e algumas decisões estão sendo pautadas de forma individualista.

⁸O termo Racionalidade Coletiva, foi criado por SANTOS (2013) para explicar a forma de gestão forjada pelo MST. Este artigo traz dados contidos na tese intitulada “Ocupar, Resistir e Produzir, Também na Educação! O MST e a Burocracia Estatal: Negação e Consenso Prof^aDr^a Arlete Ramos dos Santos;

⁹ *Bolsista de iniciação científica voluntária, graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Membro do grupo de estudos Movimentos Sociais e Educação - DCIE/UESC, com registro no CNPQ;

**Doutora em Educação pela FAE/UFMG, Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - BA). Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Ciências da Educação - CEPECH do DCIE/UESC; Coordenadora do Grupo de estudos Movimentos Sociais e Educação do DCIE/UESC, com registro no CNPQ;

***Bolsista de iniciação científica pela ICB, graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Membro do grupo de estudos Movimentos Sociais e Educação - DCIE/UESC, com registro no CNPQ.

10

11



PALAVRAS CHAVES: Coletividade, MST, Racionalidade Coletiva.

INTRODUÇÃO

Este artigo originou-se de uma pesquisa de iniciação científica em andamento, realizada junto à Pró-reitoria de Pesquisa e Graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com uso de entrevistas semiestructuras e revisão bibliográfica, mas trazemos aqui apenas alguns resultados preliminares.

O Movimento dos Trabalhadores Sem terra teve sua gênese nos anos entre 1979 e 1984, a luta pela terra foi o estopim para traçar o caminho destes, que tem como objetivo central a reforma agrária e uma sociedade igualitária. O MST surgiu no Brasil, através de varias lutas pela terra, a Comissão Pastoral da Terra teve significante papel nesta formação. Houve diversas lutas, em algumas regiões do Brasil, no entanto o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1984 foi o marco considerado pelo movimento como o momento da sua fundação, este ocorreu no município de Cascavel, no Paraná onde no ano seguinte houve o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, onde o MST obteve destaque no âmbito nacional. Segundo autores como (CALDART, 2002; FERNANDES, 2008; SANTOS 2013) o Movimento pode ser definido e sintetizado em três períodos: a formação, territorialização e consolidação. Neste primeiro momento é preciso entendê-lo como um processo complexo, de um movimento dialético, e é necessário entender o MST como objeto e sujeito desta formação; O segundo momento é compreendido pelas ocupações de terra e conquistas de assentamentos rurais, como afirma Fernandes (2008). O terceiro momento é considerado a partir da estrutura organizacional e suas ações em nível nacional.

Com base nas leituras de autores como Fernandes (2008) e Santos (2013) é possível observar que a organicidade do MST se materializa com uma racionalidade pautada horizontalmente, conforme se observa na tabela abaixo:



Tabela n. 1: Estrutura Organizativa do MST

Instâncias de representação:	Setores de atividades:	Organizações vinculadas:
<ul style="list-style-type: none">• Congresso Nacional• Encontro Nacional• Direção Nacional• Encontro Estadual• Coordenação Estadual• Direção Estadual• Coordenação Regional• Coordenação de Assentamentos• Coordenação de Acampamentos• Núcleos da Base	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria Nacional• Secretarias Estaduais• Secretarias Regionais• Setor de Frente de Massa• Setor de Formação• Setor de Educação• Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente.• Setor de Comunicação	<ul style="list-style-type: none">• Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca)• Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (Concrab)• Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra)• Escola Nacional Florestan Fernandes

A composição organizacional do MST é um processo que se modifica no seu próprio movimento e tem uma complexidade que se estende em todas as dimensões: sociais, políticas, econômicas e ambientais. Desta forma os sujeitos que estão inseridos no Movimento têm suas próprias concepções sobre o MST.

O Movimento MST, é um movimento independente, é um movimento social, não é um partido político, não é um movimento ligado a A e B ou C, nós somos um Movimento independente, nós temos a direção regional, nós temos nossa direção estadual e nós temos nossa direção nacional. Antes de a gente tomar qualquer definição a nível nacional, a nível de região, nós comunicamos a direção nacional, e a direção nacional é responsável de sentar com a coordenação.¹²

Nessa perspectiva entende-se que a coletividade se faz nas relações, pode este conceito ter interpretações diversas. O MST age como ator social visto que de acordo com os objetivos pautados no seu 1º Congresso Nacional, luta por uma sociedade justa igualitária, e utiliza como estratégias de lutas, as marchas e ocupações. Como aparato do

¹²Entrevista realizada com integrante do Movimento Sem Terra no extremo Sul da Bahia.



Estado Capitalista, para manutenção do capitalismo é utilizada a burocracia como forma organizacional para manutenção do poder. O termo Burocracia é compreendido como “a separação entre os que executam e os que planejam , organizam , dirigem e controlam (SANTOS *apud* MOTTA, 2000, p.16). Portanto, a burocracia no MST difere de modo significativo da estatal, pois conforme pesquisas realizadas por Santos (2010), as decisões são tomadas coletivamente, através de diálogos ¹³. Em pesquisa realizada por Santos (2010), a autora constatou que a categoria” burocracia não dá conta de explicar o funcionamento e desempenho de funções do Movimento, para isto criou o termo Racionalidade Coletiva o qual será objeto de pesquisa neste trabalho.

O termo Racionalidade Coletiva, foi criado por Santos (2013, p.19) para explicar a forma de gestão forjada pelo MST, e “tal conceito pressupõe que existe organização, sistematização, porém com base no dialogo e nas deliberações do coletivo, cujo objetivo maior é a luta pela transformação social, e não a relação custo-benefício subjacente á burocracia. Esta Racionalidade é considerada a partir da organização do Movimento, a maneira como são divididas as tarefas, cobranças na execução das mesmas, dos planejamentos, da sistematização do material pedagógico e administrativo e o termo Coletiva se refere à forma como são tomadas as decisões sempre no coletivo. A identidade coletiva que foi edificada politicamente pelas atuações coletivas. O termo racionalidade vêm do latim (*rationalitate*), é definida como diferença específica que identifica o homem no gênero animal, nesta perspectiva esta inserida suas ações frente ao mundo que vive, já o que se define como *coletiva* são ações que englobam muitas pessoas. Este é um paradigma pode ser explicado através dos ideais conjuntos de determinados grupos, partindo para o termo em questão Melo (*apud* SKINN ER E TAYLOR) define a Racionalidade Coletiva como à tomada de decisão coletiva e aos resultados agregados das decisões individuais. A ação coletiva é tomado como principio político do MST que tem como lema construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos, por isso a luta de classes faz parte do movimento, nas marchas, nos

¹³ Pesquisa realizada por (Santos, 2010) em sua pesquisa constatou que a burocracia no MST difere de forma significativa da que é exercida pela burocracia estatal, principalmente por que , no movimento teoricamente as decisões são tomada coletivamente, de maneira dialógica e horizontalizada. (SANTOS, 2013, p.18).



protestos, nas passeatas, nos enfrentamentos, e nas ocupações onde lutam contra o capitalismo acerbado que não assegura direito á todos de maneira igualitária. O objetivo do presente trabalho foi discutir de que forma o termo Racionalidade Coletiva pode ser entendido no MST a partir de concepções marxistas como luta de classes, materialismo histórico dialético e superação do capitalismo.

O MST tem como base a defesa pelo socialismo, ao defender ideias que permeiam uma sociedade sistematizada, e a luta pela terra que perpassa o interesse de distribuição igualitária para todos. “O socialismo marxista é uma linha de pensamentos defendida por Marx através de um conjunto de ideias filosóficas, econômicas, políticas e sociais que conquistou vários seguidores. (JUNIOR, 2010). O Marxismo abrange o homem como um ser social e histórico e se fundamenta em concepções materialista e dialética da história.

O MST expõe algumas destas características no Congresso Nacional de 1995, onde a superação do capitalismo é visível em seus objetivos, a construção de uma sociedade sem explorados e exploradores, o trabalho está acima do capital e tem que ser garantidos à todos, sendo a terra é um bem a ser coletivizado. Valores como a justiça social e igualdade de direitos, são enfatizados para serem alcançados. Essa concepção do socialismo está presente no pensamento de integrantes do Movimento.¹⁴

“O Movimento hoje trabalha pelo Reforma Agrária Popular, o tema que foi discutido pelo congresso o que quer dizer tudo isso onde vai nos atingir, com os grandes os pequenos os amigos para uma luta conjunta quase chegando, mas que está muito longe de chegar ao socialismo, mas a gente está tentando fazer essa transformação próximo ao socialismo que a gente sabe que é difícil fazer um socialismo. Durante 500 anos a gente viveu na ditadura e viveu e vive ate hoje, pois que queira que não queira hoje quem manda é quem tem o real.

¹⁴ Entrevistas realizadas pela Prof^a Arlete Ramos dos Santos, Doutora em Educação pela FAE/UFMG, E pelas Bolsistas Cristiane Vieira, Cristiane Portugal e Francislene Neres que fazem parte projetos de iniciação científica e graduandas em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz.



Nota-se que o capital aqui é tomado como agente causador de conflitos, por isso o MST tem como base a superação do capitalismo, os indivíduos que o compõe são sujeitos sociais que constroem sua identidade coletiva.

O materialismo histórico dialético é uma concepção marxista que se atém à conjuntura histórica e ao espaço político e social em que surgiu. Os princípios como a concepção materialista da história, a filosofia da práxis, a dialética, a crítica das ideologias e a luta de classes adotam uma realidade visível no seio de toda e qualquer peculiaridade nacional implantada no movimento capitalista global. Marx apresenta a dialética como uma resposta prática como uma dificuldade da realidade. O problema da realidade não poderia ser decidido no cerne da filosofia porque sua genealogia está no desenvolvimento histórico do real, das analogias sociais entre os humanos, esta concepção marxista é contrária a posição de Hegel que tem a dialética como o movimento do pensamento, ou problema do pensamento.

Deste modo, é a partir desta percepção que Marx vai conceber a unidade entre teoria e prática como princípio da filosofia da práxis. A expressão *práxis*, ressaltando os Cadernos de Educação do MST (1995), está pertinente ao sentido filosófico imposto pelo marxismo que nega tanto o materialismo vulgar quanto o idealismo. Neste caso, a *práxis* marxista suplanta a visão de prática como acabamento em si mesmo, como explanação do mundo e progride na perspectiva da transformação social. Esta *práxis* no MST, em algumas ocasiões pode ser subjugada com a contradição. A contradição aqui entendida como relação antagônica a coletividade, visto que os sujeitos do MST tem em sua *práxis* a projeção organizacional a coletividade como parte de sua formação que visa a transformação humana, baseados em valores que os torne indivíduos de direitos iguais e justos.

O MST COMO SUJEITO DA RACIONALIDADE COLETIVA

A Racionalidade Coletiva na perspectiva de Santos (2013) compreende a organização, a divisão e a execução de tarefas realizadas no coletivo. O trabalho é



realizado por diversas pessoas com um objetivo comum ao grupo, as decisões são consideradas quando permitem a participação de todos na formulação de propostas, e estas propostas são refletidas coletivamente. As vivências socioculturais dos sujeitos integrantes do MST foi um processo de construção a partir dos momentos da história do Movimento, por meio do qual criou-se uma cultura diferenciada, como afirma Caldart (2004):

a experiência humana em um movimento social como o MST, produz aprendizados coletivos que, aos poucos, se conformam em cultura, naquele sentido de jeito, de ser, de hábitos, de posturas, de convicções, de valores, de expressões de vida social produzida em movimento. (p.163).

Esta cultura é evidenciada na forma como as lutas se desencadeiam no Movimento, luta por terras, e nelas produzem a coletividade a partir dos seus princípios. Vale ressaltar que de acordo com Santos (2013), as motivações dos trabalhadores rurais sem-terra organizados no MST têm nas suas procedências precisões materiais e não nas exterioridades ideológicas, estas vão se dilatando ao longo de uma ação formativa, dinâmica, com base na práxis das relações sociais, no trabalho político-organizativo, na cultura do coletivo e na luta política.

METODOLOGIA

Realizamos uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, a partir de transcrições e análises de entrevistas. A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva. (MARTINS, 2004).

As entrevistas foram realizadas em assentamentos dos MST, localizados no extremo sul. O referido Movimento surgiu na Bahia, em 1987, na região Extremo Sul, e, no atual momento na Bahia, o MST se divide em nove regionais, a saber: Norte, Nordeste,

Sul, Sudoeste, Baixo Sul, Extremo Sul, Recôncavo Baiano, Chapada Diamantina e Oeste (SANTOS, 2013), sendo possível verificar a configuração do MST de acordo com a tabela abaixo:

Tabela n. 2 - Panorama geral do MST em 2012 no Estado da Bahia.

REGIONAL	BRIGADAS	ASSENTAMENTOS	ACAMPAMENTOS	FAMÍLIAS
Extremo Sul	5	22	27	7.986
Baixo Sul	4	28	20	1.778
Sul	2	9	7	1.356
Sudoeste	6	23	20	3.081
Norte	3	13	18	2.404
Oeste	2	10	5	1.916
Nordeste	3	4	20	4.492
Recôncavo Baiano	3	12	41	5.346
Chapada Diamantina	4	57	26	8.322
TOTAL	32	147	215	36.681

Fonte: SANTOS (2013) - Tabela construída a partir de dados fornecidos pela secretaria estadual (MST - BA).

A importância da exposição do panorama da territorialidade do MST se faz necessária visto que o Estado da Bahia é dividido pelo governo estadual, como territórios de identidade. Porém, no ano de 2003, o MST permaneceu utilizando, para se mencionar às suas áreas de abrangência, o termo 'regional'¹⁵, este já era adotado para demarcar sua área de atuação, seus acampamentos e assentamentos.

Nesta pesquisa foi utilizada a entrevista como método de pesquisa, pois segundo Gil (1999), a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais. A análise consistiu na leitura e discussão dos dados como a seguinte pergunta feita com integrante de um assentamento no sudoeste da Bahia, o qual o nome não será divulgado, sendo designado como Sujeito X: Como você compreende a Caminhada histórica do Movimento como era o Movimento antes e agora?

Ao analisar o movimento naquela época tivemos grandes avanços de 94 á 99, criamos praticamente todos os assentamentos resistentes do

¹⁵ Ver Santos (2013) "Ocupar, Resistir e Produzir, também na Educação"! O MST e a Burocracia Estatal: Negação e Consenso.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

sudoeste da Bahia. É bom lembrar que naquela época vivíamos uma política de direita, e avançamos nas ocupações, na formação de assentamentos. Ao analisar estes últimos 15 anos estamos estagnados, de 2010 foi criado um assentamento que nem pode ser considerado assentamento. Os avanços foram maiores de 94 á 2004, tivemos conquistas sim. Não podemos negar, como energia, estrada, água.

Retroceder não condiz com os princípios do MST que tem a luta como aliada, para conquistar novas terras, novas formações. A fala deste integrante nos remete a uma reflexão sobre o momento atual do Movimento. Outra pergunta foi feita ao sujeito X: Como você avalia a direção do Movimento Sem Terra aqui na Bahia hoje?

Pelo que conheço do Movimento, as pessoas que estão na direção do Movimento são bem diferentes do que eram antes, sinto saudades de alguns dirigentes de antes. Pois no Movimento fazíamos as coisas de um modo diferente, íamos pro embate, íamos para discussão, não generalizando, não criticando as pessoas que estão na direção.

A consolidação do movimento como organização de lutas foi consolidado ao longo de sua trajetória histórica:

O sem-terra é visto como lutador permanente, e do MST como uma organização duradoura, estas percepções foram criadas a partir da ideia que a luta não acaba com a conquista da terra, e a luta não acaba enquanto existirem famílias sem terra. Retroceder não condiz com os princípios do MST que tem á luta como aliada, conquistar novas terras, novas formações, (CALDART, 2004).

Outro ponto analisado é a relação MST e agronegócio. Nesse caso, o seguinte questionamento foi feito: Como é a relação do agronegócio empresarial com a agricultura familiar defendida pelo MST?

Primeiro, não precisamos de nenhum tipo de favor, de benefício extra do Estado a não ser que o setor seja um setor respeitado e que tenha condições de competir, com qualquer outro setor. Não existe



benefício, não existe favor, perdão de dívidas, nada desse tipo. O setor é um setor responsável, cumpre sua função socioambiental, ele evoluiu muito nos últimos duas décadas, em especial a Veracel. Nós estamos num processo muito grande de aprendizado nos últimos dez anos, inclusive nos últimos cinco anos mudamos muito e tenho uma visão muito clara hoje, de que para que tenhamos sucesso devemos ser preditivo em um grande negócio tão difícil para economia do Extremo Sul, e nós tivemos que rever paradigma e apostar muito na construção melhor. Nós estamos com uma estratégia para trabalharmos na preservação do bioma da mata atlântica numa escala regional, global é territorial. A questão territorial, nós temos parcerias com grupo internacional, nacional pra trabalhar estratégias em caráter territorial. E na área social nós estamos buscando atuar sobre tudo [...] que estão mais difíceis e conflitantes para que a gente possa desmitificar essa ideia de que a empresa e as atividades do tipo eucalipto e produção de celulose é incompatível com as demais ocupações regionais.¹⁶

Outro questionamento que vale ser ressaltado: Os movimentos sociais, eles recebem algum recurso que vem para eles, assim no caso das direções, ou só por via de investimentos na área...?

[...] Nós apoiamos questões específicas, discutidas e aportadas, através de acordo, cooperação de forma transparente. Nós transferimos recursos para as associações, para investimentos específicos de melhoria de questões que diz respeito ao nosso projeto, e melhorar as questões básicas, de transporte, montar um acampamento com uma estrutura mínima que possa favorecer que as famílias consigam muitas vezes deslocar de uma área pra outra através de negociação, isso a gente tem feito, mas não tem uma [...], para que se monte estrutura, agrovila, água, assistência técnica, tudo aquilo que o Estado precisa prover no programa nacional de reforma agrária. Agora, nós temos aí uma participação, responsabilidade, vamos encaminhá-la e temos, inclusive nesse ano de 2015, algo importante: definir mais claramente os papéis de cada um desses atores.

Faz-se necessário descrever os dados obtidos com integrante do MST sobre a questão do agronegócio por meio da seguinte questão: Qual é a concepção de

¹⁶ Entrevista com funcionário de empresa do agronegócio atuante na região.



agroecologia que é trabalho que a gente percebe meio visível que o agronegócio tem uma concepção de agroecologia e os movimentos sociais tem outra. Dentro da perspectiva de movimento social, o que você compreende como agroecologia e sustentabilidade?

Nós trabalhamos agroecologia de forma sustentável onde a gente socializa vários tipos de elemento de planta e a outra questão quando o agronegócio fala de agroecologia ele cria mais ou menos fala da expansão mais focada de praticamente de um produto de forma na monocultura nós não trabalhamos na monocultura. O agronegócio diz que é ecológico só planta bananeira, produto pra dizer que é produtos naturais mas a agroecologia em si você tem que se adaptar com capim, cebola, alface, laranja, várias produções naquele mesmo espaço. É esse tipo de agroecologia que nós estamos trabalhando por final a nossa feira os produtos que a gente tem. Não fica nada, a gente já tem aquela metodologia de dizer que não somos 100% orgânicos porque não temos selo. É difícil a gente conseguir vencer por conta da burocracia aonde o agronegócio montou hoje ou amanhã eles tem o certificado e nós não temos o certificado. Mas a gente naturalmente faz a questão orgânica, hoje nos nossos assentamentos já não tem mais queimada, não usamos mas produtos químicos no lugar que estava tendo. Estamos fazendo estudos e dessa forma queremos fazer a transformação social.

Dando continuidade à problemática outra questão surge: De qualquer forma, pelo que aparece e que podemos observar no sentido de parceria do agronegócio com os movimentos sociais. Como acontece essa parceria entre os movimentos sociais e o agronegócio?

Eles são contraditórios. A gente tem o movimento social, então ele vem com a contradição, agora como é que eu tenho essa área aqui vou dizer que essa área aqui social pelo projeto próprio do governo. Ha dois anos atrás veio o projeto Pronaf mas ai você tinha que comprar adubo. Ai nós tomamos uma rédea, a gente não pode comprar se a gente está querendo para nossos assentados alimentos de qualidade. Nós não vamos comprar na Monsanto. Vamos exigir produtos orgânicos. Essa está no mundo das contradições que a própria Monsanto que fornecia todos os adubos na época na reforma agrária. Onde é que está a agroecologia? Dessa forma agora tem esse caminho da Friboi que a gente precisa ter conhecimento. A Friboi hoje está expandindo para todos os municípios que tem que fazer a carne. Ah, é a empresa da



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Friboi, isso não existe. Tem a higiene e tal, mas na realidade estão precisando uma empresa não governamental que possa ser governamental. Eu não sei como isso funciona, mas isso ele não dá prioridade ao pequeno do açougueiro do município montar o seu próprio frigorífico, uma coisa muito contraditória.

CONCLUSÕES

A partir das análises realizadas na pesquisa, conclui-se que a Racionalidade Coletiva no momento atual do MST, precisa ser repensada, visto que a contradição se faz presente nas colocações dos sujeitos que compõem esta organização. A coletividade está fragmentada, pois algumas decisões estão sendo pautadas de forma individual. Como Santos (2013) compreende a organização, a divisão e a execução de tarefas realizadas no coletivo, foi constatado que o trabalho é realizado por diversas pessoas com um objetivo comum ao grupo. As decisões são consideradas quando permitem a participação de todos na formulação de propostas que são refletidas coletivamente. Como afirma um assentado, o Movimento está vivendo um momento de fragmentação:

Hoje nós temos no Movimento Sem Terra duas figuras: o capitalismo que se transforma no neoliberalismo. De uma coisa junta outra coisa que a gente ver é a questão do capital. A gente trabalhar diferenciado do capital é porque a gente trabalha mais consciente, a gente vai buscar gente na periferia, traz pra dentro do assentamento pessoas sem cultura nenhuma. Nessa forma a gente começa trabalhar, mas hoje de fato mesmo qual é o nosso principal inimigo? hoje que a gente está dizendo deixou de ser o latifúndio. Não existe mais latifúndio. Nossa luta é mais ampla depois daquele grande fazendeiro que deixava abandonado. Ele é todo produtivo a nossa luta hoje é mais ampla. Vamos pra sala de aula com os militantes fundados na sala de aula para focar e bem de fato conhecer bem o nossos próprios inimigos que hoje o latifúndio deixou. Mas ele hoje deixou de ser latifúndio improdutivo. Ele é todo produtivo. Você não vê uma fazenda grande aqui não tem nada é complicado da gente ocupar uma terra dessa por que a gente fala que é improdutivo e eles provam que é produtivo. A gente luta por uma questão de soberania, a questão da reforma agrária popular aonde quebra toda a comunidade toda sociedade porque a gente mostra pra sociedade que quem leva a comida fato pra mesa e os pequenos produtores é a agricultura familiar.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Concluimos que apesar de o MST ser uma organização que na sua gênese teve a luta por uma sociedade justa e igualitária como princípio, a coletividade como parte da formação dos sujeitos sem terra, percebemos que existem muitos dirigentes de assentamentos do referido Movimento, que usam a Racionalidade Coletiva por meio da persuasão para que o coletivo faça cumprir os interesses da direção, ou que para decidir pelo que seria mais rentável individualmente para os gestores, descaracterizando, assim, o ideal de decisões coletivas, justiça e igualdade propugnado pelo socialismo.

REFERÊNCIAS:

- CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3.ed.São Paulo: Expressão Popular, 2004.440 p.
- Estado e Movimentos Sociais: Passa Palavra**. Disponível em: [www.http://passapalavra.info/2012/02/52448](http://passapalavra.info/2012/02/52448). 5 de Fevereiro de 2012. Acesso em 10 Março de 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** São Paulo : Atlas, 2008.
- GORENDER, Jacob. **O capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural , 1996.
- JUNIOR, Antônio Gaspareto. **Socialismo Marxista**.Disponível em : <http://www.infoescola.com/politica/socialismo-marxista-cientifico/>. Acesso em : 30/04/2015.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004
- MELO, Marcos André. **Republicanismo, Liberalismo e Racionalidade**. São Paulo: Lua Nova, 2002.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em 02 de Março de 2015.
- SANTOS, Arlete Ramos. **Ocupar, resistir e produzir também na educação. O MST e a burocracia estatal: negação e consenso** – 2013. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **27 anos do MST em luta pela terra**. Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais / -- Brasília : MDA ; são Paulo : 2008. 348 p.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

SILVA, Roberta Maria Lobo da. **A Dialética do Trabalho no MST: a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes**. Tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. 330.p.